Instrumento Coletivo ainda não transmitido, passível de alteração.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2010/2011

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR038082/2010

SINDICATO DOS TRAB NAS IND EXTRATIVAS DE PARACATU, CNPJ n. 20.215.059/0001-04, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE OSVALDO ROSA DE SOUZA;

E

RIO PARACATU MINERACAO SA, CNPJ n. 20.346.524/0001-46, neste ato representado(a) por seu Gerente, Sr(a). LUIZ CARLOS FRANCA DUARTE;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2011 e a data-base da categoria em 1º de fevereiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **os trabalhadores da RIO PARACATU MINERAÇÃO S/A, lotados em seu estabelecimento situado no município de Paracatu/MG, salvo Gerentes e Chefes de Departamento**, com abrangência territorial em **Paracatu/MG**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL OK

Fica assegurado ao empregado admitido a partir de 1º de Fevereiro de 2010 a título de piso salarial, o salário de R\$ 730,52 (setecentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos). O valor acima já contempla o reajuste referenciado na cláusula quarta.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE SALARIAL -OK

Aos empregados abrangidos pelo presente acordo será concedido um reajuste salarial de 4,36% (quatro vírgula trinta e seis por cento) a partir de 1º de Fevereiro de 2010, aplicado sobre os salários vigentes em 31 de Janeiro de 2010.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - DO DIA DO PAGAMENTO OK

A RPM pagará 40% (quarenta por cento) do salário nominal dos empregados até o último dia útil da 1ª (primeira) quinzena de cada mês, a título de adiantamento salarial, a ser descontado no pagamento mensal que ocorrerá até o último dia útil do mês.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SEXTA - DO SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO OK

Enquanto perdurar a substituição superior a 30 (trinta) dias consecutivos e que não tenha caráter meramente eventual, o empregado fará jus ao salário do substituído, inclusive as vantagens pessoais.

Entende-se que as férias e ausências para treinamento não têm caráter meramente eventual, desde que configurada a substituição.

Será permitido, para efeito de treinamento e capacitação de pessoal interno, um período de até 5 (cinco) meses de substituição sem o efetivo pagamento do salário do substituído. Ao final da substituição, dentro deste período, a empresa poderá decidir pela efetivação do substituto no cargo ou o seu retorno à sua função normal.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

13º SALÁRIO

CLÁUSULA SÉTIMA - DO 13º SALÁRIO OK

No pagamento do 13º (décimo terceiro) salário, não será descontado o período de até 200 (duzentos) dias relativos ao afastamento do empregado em gozo de auxílio doença.

CLÁUSULA OITAVA - DO 13º EM JANEIRO - OK

O empregado que sair de férias em janeiro fará jus ao adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º (décimo terceiro) salário na forma da Lei.

OUTRAS GRATIFICAÇÕES

CLÁUSULA NONA - ABONO ÚNICO OK

Exclusivamente para o ano de 2010, a empresa concederá a todos os empregados abrangidos por este acordo, em caráter excepcional, um abono no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), o qual será pago em parcela única no dia 30/03/2010.

Parágrafo Único – Este abono estipulado, de caráter excepcional, único, e, para todos os efeitos legais, desvinculado do salário, será devido, apenas, ao empregado com contrato de trabalho vigente até 31 de janeiro de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRÊMIO DE FÉRIAS *OK*

Por ocasião do início das férias o empregado receberá o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), a título de prêmio de férias.

Quando do desligamento do empregado, desde que este tenha férias vencidas e não gozadas, será pago o valor do Caput desta cláusula na rescisão de Contrato de trabalho.

A empresa concederá, exclusivamente neste ano de 2010, a todos os seus empregados abrangidos por este acordo, em caráter excepcional, um adiantamento do prêmio de férias de R\$ 600,00 (seiscentos reais) em parcela única a ser pago em 30/03/2010, sendo facultativo o recebimento mediante comunicado escrito ao RH até às 12:00h de 26/03/2010.

Por ocasião do retorno de férias o empregado poderá receber, a título de antecipação, o valor correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) de seu salário nominal, referente ao mês do retorno que será descontado em 3 (três) parcelas iguais e consecutivas a partir do 1º (primeiro) mês subsequente ao retorno das férias, sendo que o pedido é opcional e deverá ser solicitado no prazo de 30 (trinta) dias de antecedência.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS *OK*

Quando, por imperiosa necessidade do serviço houver necessidade de trabalho em horário extraordinário, que exceda a carga horária diária, as horas excedentes serão remuneradas com adicional de 95% (noventa e cinco por cento) para as duas primeiras horas e 97% (noventa e sete por cento) para as demais.

As horas extraordinárias necessárias para fins de treinamento, entendendo-se como tal aquelas realizadas dentro das instalações da Rio Paracatu Mineração S/A, serão remuneradas com valor correspondente à hora normal de trabalho sem quaisquer adicionais e serão pagas por ocasião do pagamento dos salários, sendo parte integrante da folha de pagamentos.

A Rio Paracatu Mineração S/A, preferencialmente, organizará os treinamentos dos empregados que atuam em regime de turno, após o turno de trabalho de 08:00 às 16:00.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS DEVIDAS POR SOBREAVISO *OK*

Aos trabalhadores efetivamente escalados para ficarem de sobreaviso fora do horário de trabalho serão devidas horas extras na forma deste acordo.

Será considerado sobreaviso para os efeitos dos termos desta cláusula a condição em que o empregado tiver que ficar à disposição da empresa, através de notificação escrita da chefia.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - OK**

O direito ao recebimento do adicional de periculosidade integral deixará de existir a partir do momento em que a atividade ou operação deixar de ser classificada como perigosa ou que o empregado for designado para trabalho em outras atividades não classificadas com tal, deixando, portanto, a empresa de proceder ao pagamento referenciado nesta cláusula.

AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO - OK**

A RPM concederá ao empregado que conte com mais de 90 (noventa) dias na empresa e que esteja afastado do trabalho, em gozo de benefício de auxílio previdenciário (auxílio doença) entre o 16º (décimo sexto) e o 120º (centésimo vigésimo) dia de afastamento, uma complementação de salário no valor equivalente à diferença entre o efetivamente recebido da previdência social e o salário nominal, respeitando sempre para efeito de complementação o limite máximo da contribuição previdenciária do empregado.

A complementação prevista no Caput desta cláusula deverá ser paga na data do pagamento dos demais empregados da RPM.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO AUXÍLIO FUNERAL - OK**

A empresa concederá ajuda financeira para as despesas do funeral correspondente a 2 (dois) pisos salariais vigentes no caso de falecimento da esposa ou dependente legal. Em caso de falecimento do empregado a empresa arcará com todas as despesas do funeral nos valores de custo médio da cidade de Paracatu/MG, bem como depositará o valor de 1 (um) piso salarial vigente na conta corrente da (o) esposa (o) do (a) empregado (a), e garantirá o benefício de Assistência Médica relativo ao plano de assistência médica ao qual o funcionário pertencia aos dependentes legais, pelo período de 3 (três) meses após o óbito.

AUXÍLIO CRECHE**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO PAGAMENTO DE AUXÍLIO CRECHE - OK**

A empresa, a título de auxílio creche, pagará mensalmente, a partir de 1º de fevereiro de 2010, o valor de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) para todas as funcionárias que tiverem filhos até a idade de 2 (dois) anos.

O auxílio creche deixará de ser pago pela empresa no primeiro mês subsequente ao mês em que a criança completar 2 (dois) anos de idade.

SEGURO DE VIDA**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO SEGURO DE VIDA EM GRUPO - OK**

A RPM disponibilizará Seguro de Vida em Grupo a todos os seus empregados nos termos das atuais apólices, fornecendo à entidade sindical local competente as coberturas asseguradas nas respectivas apólices.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES**NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA READMISSÃO DE EMPREGADOS/ CONTRATO DE EXPERIÊNCIA** OK

O empregado que venha a ser readmitido na empresa e que contava com mais de 12 (doze) meses de trabalho na mesma função no momento do seu desligamento, não será submetido a contrato de experiência se a readmissão for para a mesma função exercida no período mencionado.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA CARTA DE APRESENTAÇÃO –** OK

Ao empregado desligado será fornecida uma carta de apresentação com redação própria da empresa, constando à relação dos cursos efetuados pelo empregado quando do seu vínculo com a RPM.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES**ESTABILIDADE GERAL****CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO** OK

Fica garantido o emprego ou salário aos empregados que enquadrarem nas seguintes hipóteses:

a) Aos empregados que contêm um mínimo de 3 (três) anos na empresa e que comprovadamente estiverem a um máximo de 12 (doze) meses de aquisição do direito à aposentadoria integral, ou seja, após 35 (trinta e cinco) anos de contribuição para a previdência social, ou 15 (quinze), ou 25 (vinte e cinco), ou 30 (trinta) anos nos casos de aposentadoria especial, fica assegurado o emprego ou os salários durante o período que faltar para aquisição do direito.

O benefício previsto nesta cláusula somente será devido, caso o empregado informe à empresa, por escrito, que se encontra em um dos períodos de pré-aposentadoria mencionados no Caput, salvo se todo o período de trabalho gerador do direito à aposentadoria tiver sido cumprido na mesma empresa.

A comunicação à empresa deverá ocorrer no máximo até 30 (trinta) dias após o empregado completar 34 (trinta e quatro), 29 (vinte e nove), 24 (vinte e quatro) ou 14 (quatorze) anos de contribuição previdenciária, conforme o caso.

Quando oficializada a aposentadoria pelo órgão previdenciário, o empregado fará jus a um salário nominal do cargo ocupado por ocasião do seu desligamento da empresa.

b) À empregada gestante, até seis meses após o parto, desde que comprovada tal condição à empresa, mediante apresentação de atestado médico.

c) Até 90 (noventa) dias após o retorno do serviço militar obrigatório, desde que o empregado se apresente ao serviço até o 15º (décimo quinto) dia após a baixa, não se aplicando a garantia ora assegurada quando a baixa se der por expulsão da corporação a qual o empregado servia.

d) Ao empregado afastado por prazo superior a 60 (sessenta) dias pela Previdência Social percebendo "auxílio doença", fica garantido o emprego ou salário por 30 (trinta) dias contados da data do retorno ao serviço, ressalvada a hipótese de rescisão prevista na legislação previdenciária. Neste caso específico, eventuais despesas de saúde poderão ser descontadas do empregado pela Empresa somente após o seu retorno ao trabalho, se o mesmo optar por esta condição de desconto.

e) Até 30 (trinta) dias após o retorno das férias individuais efetivamente gozadas.

f) Ao empregado afastado pela Previdência Social por acidente de trabalho, fica garantido o emprego ou salário por 12 (doze) meses, contados da data de retorno ao serviço.

A garantia de emprego assegurada nas respectivas letras do Caput da presente cláusula, não será concedida quando a dispensa se der por justo motivo, quando a rescisão do contrato de trabalho partir do próprio empregado, ou quando o empregado se encontrar no período de experiência ou contrato por prazo determinado.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA JORNADA DE TRABALHO E COMPENSAÇÃO COM O SÁBADO - OK

A carga horária dos funcionários da RPM será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e a diária de 08:48 (oito horas e quarenta e oito minutos), sendo certo que, os 48 (quarenta e oito) minutos que extrapolam a jornada de 8 (oito) horas serão compensados com o não trabalho aos sábados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA COMPENSAÇÃO DOS DIAS PONTES - OK

Os funcionários administrativos da RPM não trabalharão nos dias 06/09/2010, 11/10/2010, 24/12/2010 e 31/12/2010. Para compensar os dias não trabalhados a jornada diária será estendida por mais 12 (doze) minutos diários no período de 02/03/2010 a 23/11/2010, sendo, portanto, o horário a ser trabalhado neste período das 7:30 às 17:30 horas.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO - OK

Estabelecem as partes que a anotação da jornada de trabalho será feita através do sistema alternativo de controle da jornada, conforme autoriza a Portaria 1.120 de 08 de novembro de 1995 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Através do referido sistema alternativo, a jornada normal de trabalho será automaticamente computada, sendo assinalado nos registros de ponto somente as exceções que ocorrerem no mês, entendendo-se como exceção qualquer alteração na jornada de trabalho, tais como horas extras, faltas, atrasos, suspensões, férias, e licenças.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS OK

O empregado poderá deixar de comparecer ao trabalho sem prejuízo do salário:

- a) 5 (cinco) dias úteis em caso de casamento do empregado, a contar logo após a realização do fato, exceto quando o casamento coincidir com o início das férias, não podendo em nenhuma hipótese, o período da licença casamento e o período de férias serem gozados consecutivamente.
- b) 3 (três) dias úteis em caso de falecimento de cônjuge, ascendentes ou descendentes na forma da lei, logo em seguida à ocorrência do óbito.
- c) 2 (dois) dias corridos em caso de falecimento de sogro, sogra, irmão ou irmã.
- d) 5 (cinco) dias corridos em caso de licença paternidade, a serem gozados dentro dos 5 (cinco) dias úteis imediatos à data do nascimento, sendo para efeito deste item considerado dias úteis os dias de trabalho referentes ao regime da jornada do funcionário (Turno ou Administrativo).

FÉRIAS E LICENÇAS

DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA FÉRIAS/ CONCESSÕES OK

O início das férias não poderá coincidir com sábados, domingos e feriados ou dias já compensados, exceto em relação aos funcionários sujeitos ao revezamento de turnos, cujo início das férias não poderá coincidir com o repouso.

O empregado terá direito ao gozo de férias em período coincidente com o casamento quando:

- a) Preencher os requisitos legais, conforme Artigos 129 e 130 da CLT.
- b) Comunicar a empresa com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS ELEIÇÕES DA CIPAMIN OK

A RPM irá promover anualmente as eleições para constituição da CIPAMIN (Comissão Interna para Prevenção de Acidentes) nos moldes da NR 5 e NR 22, obrigando-se a enviar ao seu sindicato o edital de convocação em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos anteriormente às datas das eleições.

O sindicato compromete-se a participar, contribuir e conscientizar os trabalhadores da importância e seriedade que se deve ter na eleição e gestão da CIPAMIN.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DOS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS - OK

A RPM se compromete a submeter todos os seus empregados aos exames médicos previstos em Lei, entregando a cada uma cópia dos respectivos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), bem como cópia, desde que solicitada pelo empregado, dos exames laboratoriais, inclusive audiométricos, que o Médico do Trabalho a seu critério houver solicitado para a emissão dos respectivos atestados, mediante recibo em via da empresa.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO MONITORAMENTO DE POEIRA NA BRITAGEM - OK

Durante a vigência deste Acordo, todas as leituras de medição de poeira da Britagem, a serem efetuadas pela RPM para fins de monitoramento, deverão ser acompanhadas por Diretor do Sindicato dentre aqueles funcionários da RPM.

RELAÇÕES SINDICAIS

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA LIBERAÇÃO DE DIRETORES SINDICAIS - OK

Deverá a RPM manter a liberação de um dos seus empregados que compõem a diretoria do sindicato, sem prejuízo do salário, para trabalhar na entidade sindical.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA TAXA DE REFORÇO - OK

A empresa se compromete, conforme deliberação da Assembleia extraordinária, realizada no dia 25/03/2010 para formulação da Pauta de Reivindicações, como simples intermediária, a efetuar o desconto de 2,5% (dois e meio por cento) do salário nominal de cada empregado, excetuando-se os trabalhadores de categorias diferenciadas (empregados que por força de estatuto profissional especial tenham vinculação a outros sindicatos). Os recursos provenientes destes descontos serão depositados em conta bancária do Sindicato até o dia 05 (cinco) de abril de 2010.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA TAXA CONFEDERATIVA - OK

A empresa se compromete, como simples intermediária a efetuar o desconto mensal de 1,0% (um por cento) do salário nominal de cada empregado, a título de Taxa Confederativa, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2010. Os recursos provenientes destes descontos serão depositados em conta bancária do Sindicato até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DAS MENSALIDADES SINDICAIS - OK

A empresa descontará as mensalidades sindicais desde que expressamente autorizadas pelos funcionários, depositando, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis do mês subsequente, o montante recolhido na conta bancária do Sindicato.

DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA TAXA CONFEDERATIVA - OK**

Ficam reconhecidas as oposições já efetuadas até a data da assinatura deste acordo, podendo, no entanto, estes opositores aderirem à referida taxa a qualquer momento, por escrito.

O direito à oposição ao pagamento da referida Taxa Confederativa será facultado a cada empregado que assim o desejar a qualquer época durante a vigência deste acordo, bastando para isto procurar a sede do Sindicato e apresentar sua discordância por escrito. Caberá ao Sindicato informar imediatamente à RPM o nome dos empregados que se opuserem ao pagamento da referida taxa.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO RELACIONAMENTO SINDICATO/ EMPRESA - OK**

- a) As partes aceitam receber os respectivos diretores, em número não superior a 3 (três), durante o horário de funcionamento administrativo, desde que pré-avisados no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.
- b) O Sindicato se compromete, também a atender o representante da RPM, com prévio aviso de 24 (vinte e quatro) horas para fins de homologação das rescisões contratuais de trabalho.
- c) A RPM afixará as comunicações de interesse dos trabalhadores nos seus quadros de aviso, desde que o texto seja aprovado pela direção da empresa.
- d) A RPM se compromete a enviar mensalmente ao sindicato, a cópia da Guia da Previdência Social (GPS) até o 5º (quinto) dia útil após o pagamento da respectiva Guia.
- e) A RPM se compromete também a informar mensalmente ao Sindicato o número de funcionários admitidos, demitidos, transferidos dentro do Grupo e aqueles eventualmente afastados pela previdência social e anualmente enviar a relação dos funcionários contribuintes com a taxa de reforço e imposto sindical, com indicação individual de contribuição de cada funcionário.

DISPOSIÇÕES GERAIS**APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO****CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DO CUMPRIMENTO DO ACORDO - OK**

As partes se comprometem a cumprir e fazer cumprir o presente acordo em todos os seus termos e condições, durante o prazo de sua vigência. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do acordo anterior que não colidirem com as condições desse acordo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DA VALIDADE - OK

O presente acordo terá validade por 1 (um) ano, com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2010, permanecendo a data base em fevereiro. Fica ainda esclarecido que ocorrendo alteração da legislação ou por decisão normativa, não poderá haver, em hipótese alguma, a aplicação cumulativa de vantagens deste acordo.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA MULTA — OK

Fica estipulada a multa correspondente ao valor de 1.080 (um mil e oitenta) UFIR, a ser paga pela parte que descumprir qualquer cláusula do presente acordo coletivo, em favor da parte prejudicada.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONCLUSÃO

E, por estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente instrumento, em cinco vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam, facultando-se às partes, para os fins do Artigo 614 da CLT, o respectivo registro junto ao órgão do Ministério do Trabalho competente.

JOSE OSVALDO ROSA DE SOUZA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRAB NAS IND EXTRATIVAS DE PARACATU

LUIZ CARLOS FRANCA DUARTE
GERENTE
RIO PARACATU MINERACAO SA